

REUNIÃO DO CSD COM DEPUTADOS DA OPOSIÇÃO AO GOVERNO RATINHO JR.

Representantes do Comando Sindical Docente (CSD), coletivo que reúne as seções sindicais do Andes-SN no Paraná, se reuniram nesta segunda-feira (25), às 13h30, com deputadas e deputados de oposição ao governo Ratinho Jr. na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A reunião abordou várias pautas, especialmente os recorrentes ataques do governo do Paraná ao funcionalismo e aos serviços públicos, como a Lei Geral das Universidades (LGU), a falta de recomposição salarial, que não é feita desde 2016, resultando em defasagem de cerca de 30%, a falta de concursos e o Projeto de Lei 471/2021, que institui um regime de previdência complementar (confira a live promovida pelo CSD e pela Regional Sul do Andes-SN sobre o tema: https://youtu.be/4jL_sDYvC2A). Além disso, esteve em pauta a reorganização da Frente Parlamentar de Promoção e Defesa das Universidades Públicas do Paraná, bem como sua reaproximação do CSD.

Na reunião, os deputados disseram que, após a aprovação em primeira votação do PL 471/2021, realizada na última segunda-feira (18), apresentaram emendas ao projeto, as quais serão analisadas e aceitas ou rejeitadas antes do retorno do projeto ao plenário. Também disseram que a LGU ainda não foi enviada para a Alep, mas que, como em outros momentos, é possível que o governador Ratinho Jr. envie o projeto no final do ano, em regime de urgência, de modo a “tratorar” mais essa proposta que ataca diretamente as universidades públicas.

Sendo em apenas sete na oposição, dentro de um universo de 55 deputados na Alep, os parlamentares disseram que a situação atual não é fácil e que os governistas estão tranquilos, especialmente sem mobilização e sessões presenciais na Assembleia Legislativa. Somente a pressão do funcionalismo e dos paranaenses poder barrar os ataques de Ratinho Jr.

Para continuar a reorganização da Frente e a luta em defesa das universidades públicas e do funcionalismo, a reunião acordou na realização de uma audiência pública para discutir as pautas apresentadas pelos representantes dos sindicatos docentes. A data ainda não foi definida, pois precisa ser feita a articulação com os outros parlamentares que compõem a Frente, mas o objetivo é que ela seja realizada antes do dia 8/11, data da votação da lei orçamentária para 2022.

Em defesa da educação e dos serviços públicos!

Não à Lei Geral das Universidades!

Pela reposição salarial integral!